



REVISTA TURISMO ESTUDOS & PRÁTICAS

ISSN: 2316-1493

Tradução/Traducción

A IMPOSIÇÃO DE UM ESPAÇO. DE SANTA CRUZ A BAHÍAS DE HUATULCO¹

LA IMPOSICIÓN DE UN ESPACIO.
DE SANTA CRUZ A BAHÍAS DE HUATULCO

THE IMPOSITION OF A SPACE.
FROM SANTA CRUZ TO BAHIAS DE HUATULCO

Edgar Talledos Sánchez²

RESUMO: Este artigo explora como foi produzido o atual espaço do Centro Integralmente Planeado Bahías de Huatulco (CIP Huatulco), cuja implementação e desenvolvimento transformaram os povos e centros rurais do município de Santa María Huatulco. A partir de uma análise geográfico-política crítica, examinamos quais atores participaram de seu planejamento e desenvolvimento, como influenciaram e determinaram suas atuais condições espaciais e quais consequências esse espaço teve para seus habitantes. Da mesma forma, analisa os conflitos surgidos entre as diferentes instituições (Bienes Comunes de Santa María Huatulco e o Fondo Nacional de Fomento al Turismo) e o método utilizado para deslocar as comunidades rurais de suas localidades para construir uma infraestrutura hoteleira. **Palabras chave:** espaço, Centro Integralmente Planeado Bahías de Huatulco, sistema político, neoliberalismo, autoritarismo.

¹ Este artigo foi publicado originalmente no espanhol na revista Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México Año LVII, núm. 216, septiembre-diciembre de 2012, pp. 119-142, ISSN-0185-1918. Agora foi traduzido ao português e seu título foi modificado um pouco, para que fique com mais clareza para o leitor.

² SECIHTI/Universidad Autónoma Metropolitana-Xochimilco. Doctor en Geografía (Universidad Nacional Autónoma de México). E-mail: etalledossa@secihtl.mx





RESUMEN: Este artículo explora cómo se produjo el actual espacio del Centro Integralmente Planeado Bahías de Huatulco (CIP Huatulco), cuya implantación y desarrollo transformó los pueblos y núcleos rurales del municipio de Santa María Huatulco. Desde un análisis geográfico-político crítico se examina qué actores participaron en su planeación y desarrollo, de qué forma influyeron y determinaron sus actuales condiciones espaciales y qué consecuencias tuvo este espacio para sus pobladores. Asimismo, analiza los conflictos que se originaron entre las diferentes instituciones (Bienes Comunales de Santa María Huatulco y Fondo Nacional de Fomento al Turismo) y el método que se utilizó para desplazar a las comunidades rurales de sus localidades con el fin de construir una infraestructura hotelera. **Palabras clave:** espacio, Centro Integralmente Planeado Bahías de Huatulco, sistema político, neoliberalismo, autoritarismo.

ABSTRACT: This article explores how was producing CIP-Huatulco (Centro Integralmente Planeado Bahías de Huatulco) current space, whose establishment and develop transform village and rural centers of municipality Santa Maria Huatulco. From a geographic-politic and critical analyze is examining who participated in planning and develop of CIP-Huatulco, how they had influence and determine its current spatial conditions and what consequences had this space by own population. Likewise, it analyses conflicts that emerge between different institutions (Bienes Comunales de Santa María Huatulco and Fondo Nacional de Fomento al Turismo) and the methodology used to move rural communities from their villages to another place whit the purpose ofto build hotels and infrastructure in relation whit it. **Keywords:** space, Centro Integralmente Planeado Bahías de Huatulco, political system, neoliberalism, authoritarianism.

INTRODUÇÃO

Existem poucos estudos de geografia política no México que se concentrem no exame dos fenômenos políticos a partir de uma perspectiva crítica (Berenzon Gorn y Calderón Aragón, 2005, Berenzon Gorn y Calderón Aragón, 2008, Ibarra García, 2012, 2018). Outras disciplinas como a antropologia, a sociologia e a ciência política analisaram como se desenvolvem e quais transformações causam nas diferentes regiões do país. Há mais de meio século, surgiu na América Latina um movimento de geógrafos chamados críticos³ que, a partir de diversas tendências teóricas, desenvolveram um

³ As argumentações com discurso crítico: o anarquismo, o marxismo ou o feminismo, são antigos na geografia. Basta observar os trabalhos de dois geógrafos anarquistas Elissé Reclus e Piotr Kropotkin. Embora, em meados do século XX, nas universidades americanas, francesas e brasileiras, tenha adquirido força significativa, por exemplo: em agosto de 1969, um grupo de acadêmicos e estudantes da Clark University fundou a revista Antipode. Um Jornal Radical de Geografia. Esta revista abriu as suas páginas com o objetivo de criticar o *status quo* e as posições conservadoras da geografia e das ciências sociais do seu tempo. O seu propósito não somente foi a crítica acadêmica, mas a transformação social seguindo os ideais de justiça social através de mudanças radicais. Os fundadores da revista (Ben Wisner, David Stea, J. Richard Peet, Richard Morrill, James Morris Blaut, Karen Thompson, Bill Emerson, Fred Donaldson, Reed F. Stewart, Ruby Jarrett, Robert W. Kates y Jeremy Anderson) levantaram a necessidade de ser radical no sentido etimológico da palavra que “linguisticamente vem da palavra latina *radix*, que significa ‘raiz’”, para revelar a essência dos fenômenos que permitiriam alternativas de mudança na sociedade. Sobre isso ver:





argumento teórico-conceitual sobre o espaço, o tempo, a política e as transformações espaciais ocorridas na América Latina. Correia Andrade, Moraes, Da Costa, Uribe Ortega, Vesentini, De Castro e Lopes de Souza, (Andrade Correia, 1984, Moraes, 2005, da Costa Messias, 1992, Uribe Ortega, 1996, Vesentini, 2005, de Castro, 2005, de Souza, 2006) entre outros, têm se esforçado para analisar a dimensão espacial da política onde as formas e funções adquiridas pela estrutura territorial estão determinadas por essas mesmas. Pelo fato de a organização política se estruturar sobre um conjunto de normas e valores socialmente impostos de acordo com determinados modelos econômicos, políticos e sociais, o espaço desempenha um papel essencial nessa organização, principalmente porque, sendo uma produção social que apresenta tanto características do presente quanto do passado, ocupa e se coloca num lugar privilegiado “que cristaliza os momentos anteriores, é o ponto de encontro entre passado e futuro, através das relações sociais do presente em que se realizam” (Santos, 1986, p.10). Da mesma forma, porque a relação entre a organização política da sociedade e o espaço não constituem dois continentes separados, porque é através do espaço que a sociedade manifesta a sua existência, sobretudo porque é condição, meio e produto do processo de reprodução da sociedade.

O espaço apresenta-se assim como revelador das relações sociais, tanto no que diz respeito à sua produção como ao modo como é reproduzida. Desse modo, esclarece-se o caminho que leva à construção da definição do espaço como condição/meio e produto da reprodução social (Carlos, 2009, pp.77-78). Nesse mesmo sentido, o espaço não está separado do tempo, não constitui duas esferas distintas de vida social, uma vez que cada espaço é determinado pelo seu tempo e “cada tempo é a sua forma de espaço” (Moreira, 2007, p.48), “para cada sociedade o seu espaço-tempo, ou a sua espacialidade característica” (de Souza, 2006, p.28).

Referir-se ao espaço é preciso falar de homens e mulheres que constroem variadas formas de vida social em diferentes espaços, pois viver em qualquer espaço do planeta é uma valorização objetiva da superfície terrestre; uma agregação de trabalhos objetivados que passa pelas representações que se estabelecem sobre o espaço e a produção do espaço. Por isso, pode-se afirmar que há uma apropriação intelectual dos lugares, uma elaboração mental dos dados paisagísticos: uma valorização subjetiva do espaço que implica a criação de um “sistema de símbolos; uma forma de classificar, qualificar e habitar o espaço que segue diretrizes e cria códigos culturalmente transmissíveis” (Barabas, 2002, p.9). Assim, a forma e a função que o espaço adquire é produto de intervenções teleológicas;⁴ materialização de projetos desenvolvidos por

(Castree et al., 2010, pp.3-4). Por outro lado, no Brasil em 1974, o movimento crítico na geografia exibiu sinais de ebulição, refletido quatro anos depois na proposta de Armando Corrêa da Silva (*O espaço fora do lugar*, Hucitec, San Pablo, 1978) que discutiu “o problema da consciência da fragmentação da cultura e do conhecimento; a questão da unidade do objeto geográfico. A estrutura como método [...]” (da Silva, 1978, p.9). O ponto alto desse movimento ocorreu no III Congresso da Associação dos Geógrafos Brasileiros, realizado em Fortaleza, Brasil, em 1978. Nele Carlos Walter Porto Gonçalves escreveu “A geografia está em crise. Viva a geografia!” (Em Boletim Paulista de Geografia, núm. 55, novembro de 1978) e Milton Santos apresentou seu livro *Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica* (San Pablo, Universidad de San Pablo, 2002) num esforço por conferir à ciência geográfica uma trama teórico-conceitual e ideológica de esquerda.

⁴ “Dizer que a produção do espaço social é um processo teleológico significa que ele envolve uma finalidade. Esta orienta o trabalho humano, diferenciando-o da atividade animal. Trata-se de ação dotada de um sentido, atribuído pelo executante. Um movimento que necessariamente se realiza através de sujeitos, individuais e/ou coletivos que, ao agirem, desencadeiam séries causais [...] A teleologia é um atributo da

Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)

v. 14, n. 2 (2025) (ISSN: 2316-1493)

Edición Especial: **Turismo en la Costa de Oaxaca, México**

<http://geplat.com/rtep/>



GRUPO DE PESQUISAS
em Lazer, Turismo e Trabalho

GEPLAT



sujeitos histórico-sociais que expressam a totalidade universo complexo de cultura, política e ideologias (Moraes, 2005, p.16). Isto determina que o espaço seja resultado e condição do processo social.

Assim, o espaço manifesta a estrutura econômico-social da sociedade de forma heterogênea e desigual. Porque o espaço organiza o fluxo da história, distribui as relações da sociedade no território, articula a unidade dessas relações na dimensão política do Estado, estratifica e ordena as relações societárias através de escalas. E desta forma condiciona, gera e sobredetermina a sociedade em seu processo histórico, atuando como uma determinação objetivo-subjetiva de seu curso (Moreira, 2007, p.34).

Fica evidente que o espaço não é inerte pois recebe cargas sociais de significação e as reflete para a sociedade, sugerindo uma multiplicidade de símbolos, discursos e práticas rituais; onde tradições, costumes, memória histórica, rituais e diversas formas de organização social produzem e recriam o espaço ao mesmo tempo que os produz e reproduz. (Barabas A. M., 2004, p.149). A transformação espacial de qualquer lugar através da implementação de infra-estruturas (urbanas, turismo, industrial, etc.), não é um processo passivo, pois modifica as relações sociais, políticas, econômicas e o ambiente ecológico precedente; ao mesmo tempo, define o futuro socioespacial onde a forma de organização política e econômica desempenha um papel nodal. Portanto, pode-se afirmar que:

As grandes obras de infraestrutura, as modificações nas instituições sociais e econômicas, nos sistemas de produção agrícola e industrial e na própria organização do trabalho, foram os grandes criadores do espaço como espaço de interação social e de ecossistemas, não apenas como fonte de recursos naturais, mas como espaço habitável, como área de exploração econômica e como sede de uma vida institucional em constante mudança (Lezama de la Torre, 2011, p. 39).

Nesta mesma ordem, observa-se uma operacionalidade do espaço, evidenciada na apropriação pública ou privada, nas diferentes rentabilidades econômicas e sociais que adquire em função ao uso a que se destina e nas estruturas territoriais que dele derivam (Lefebvre, 1974). Isto ocorre entre os vários espaços de uma cidade, como dentro de uma exploração agrícola ou entre regiões (Méndez, 1998, p.14).

É sob todas estas condições se explica a transformação do espaço. Neste contexto, o artigo explora como se desenvolveu a transformação espacial do município de Santa María Huatulco (Samahua);⁵ as implicações para seus moradores (no “desenvolvimento regional” proposto pelo governo federal) e quais novas relações geográfico-políticas ela originou a implantação do Centro Integralmente Planejado Bahías de Huatulco (CIP-Huatulco), sob a consideração de que “os arranjos espaciais importam como expressão que revela os acordos sociais que ajudaram a produzi-los”. (White, 1996, p.15). Numa

consciência, a capacidade de pré-idear, de construir mentalmente a ação que se quer implementar. Por tanto, é um predado específico do homem, um elemento mesmo de definição do estatuto de “humano” (Moraes, 2005, p.16).

⁵ Samahua é o acrônimo que usam os moradores de Santa Maria Huatulco para falar da comunidade de Santa Maria Huatulco. É Também o título de um romance de Leornado da Jandra (Da Jandra, 1997).



sociedade capitalista com características neoliberais é necessário também compreender o contexto político e econômico em que está inserida.

Para atingir os objetivos acima, o texto está dividido em quatro seções além da introdução. A primeira refere-se à construção do CIP no México. A segunda explica como ocorreu o processo de implementação do CIP-Huatulco e quais atores políticos e sociais se uniram para esse fim. A terceira seção analisa as consequências que o desenvolvimento deste centro turístico trouxe. No último, se estabelecem as conclusões sobre os acontecimentos que levaram à imposição de uma forma de organização espacial em Santa María Huatulco.

TURISMO E OS CENTROS INTEGRALMENTE PLANEJADOS (CIP)

A promoção do turismo como política pública de “desenvolvimento” de regiões inteiras do país, teve seu início no sexênio de Miguel Alemán Velasco (1946-1952) que, a partir da chamada “Declaração Turística” ou A “Carta Turística” surgiu no final de sua campanha presidencial, concebeu o turismo como um factor-chave para “desenvolver muitas zonas do país, aumentar o rendimento dos seus habitantes, estimular outras actividades económicas e dar vida a regiões produtivas” (McDonald Escobedo, 1981, p.127). Neste período, a primeira Lei Federal de Turismo (1949) que estabeleceu as primeiras bases jurídico-institucionais do turismo no México: neste mesmo ano foi criada a Comissão Nacional de Turismo; em 1957, o Fideicomiso de Crédito (Fogatur), responsável pela promoção das infraestruturas turísticas, e em 1958, o Departamento Autónomo de Turismo que passou a Dirección Geral de Turismo. Através destas instituições e leis, o turismo foi promovido em lugares como Acapulco, Manzanillo, Mazatlán, Puerto Vallarta, Cabo San Lucas, Cozumel, Isla Mujeres, Veracruz e Mérida. Todos estes locais determinaram o seu subsequente desenvolvimento económico e estrutura urbana, definindo a sua organização espacial como polos turísticos.⁶

No final da década de 1950, a infraestrutura hoteleira aumentou significativamente, passando dos 4.200 quartos que a hotelaria possuía em 1946 para 82.438 em 1958 (distribuídos por 2.998 hotéis). Investidores estrangeiros e nacionais obtiveram facilidades e apoio nas primeiras cadeias hoteleiras, West Internacional e

⁶ O corpo jurídico e institucional que o turismo foi adquirindo por meio de leis e decretos é claramente desde 1959, quando foram criadas as Câmaras Nacionais de Turismo e a Confederação das Câmaras Nacionais de Turismo, que coordenavam os prestadores de serviços com o governo federal. Nesse período, a Lei Federal de Turismo foi modificada duas vezes, foi criada Los Ángeles Verdes, responsável pela assistência rodoviária nas rodovias federais; foi prestada assessoria em matéria de turismo aos governos estaduais, bem como aos setores privado e social; além disso foi publicado o Regulamento Interno do Departamento de Turismo e o Regulamento dos Guias Turísticos, Guias Motoristas e similares. Por outro lado, foi editada a Lei Federal de Promoção Turística de 1974, que previa a fusão do Fundo de Crédito (Fogatur) e do Fundo de Investimento em Infraestrutura no Fundo Nacional de Promoção Turística (Fonatur) como responsável pelos aspectos de planejamento e promoção de desenvolvimentos turísticos. Em 1974, foi criado o Ministério do Turismo como órgão do Poder Executivo para congregar as ações do setor e melhorar a coordenação da atividade. Em 1980, foi editada uma nova Lei Federal do Turismo onde foram contempladas áreas de interesse para o desenvolvimento turístico como estratégia de diversificação da oferta, voltada fundamentalmente para o mercado interno. Durante a gestão de José López Portillo (1976-1982), foi criada a sede do Centro Internacional de Estudos Superiores de Turismo, dependente da Organização Mundial do Turismo; O Ministério das Finanças foi habilitado a conceder incentivos fiscais aos investimentos turísticos e foi criado o Banco Nacional de Turismo, que desapareceu durante o mandato de seis anos de Miguel de la Madrid (1982-1988) (McDonald Escobedo, 1981, p.146, Torruco Marqués, 1988, pp.50-71, Jiménez Martínez, 1992, pp.166-167).





Hilton, e nas companhias aéreas, Aerovías Guest e Pan Am. Ao mesmo tempo, foi construída a infraestrutura rodoviária necessária para acessar diferentes áreas do país e promovê-los para o turismo (um exemplo disso foi a conclusão da rodovia Pan-Americana, que vai de Ciudad Juárez até a fronteira com a Guatemala); também foi construída a primeira rodoviária em Guadalajara e criada a Comissão Rodoviária Mexicana; além disso, foram realizadas manutenções nas rodovias México-Acapulco, México-Veracruz, México-Guadalajara, México-Guanajuato e México-Cuernavaca (McDonald Escobedo, 1981, pp.129-142).

Nesse contexto, o governo federal editou o primeiro Plano Nacional de Turismo em 1962, que o posicionou como estratégico em nível nacional além de lançar as bases para a criação de infraestrutura e novos pólos turísticos para incentivar o investimento estrangeiro direto, principalmente (Castro Álvarez, 2007). “O Executivo federal ira fazer esforços para que durante o período abrangido por este plano, pelo menos sejam lançadas as bases para que o país tenha novos pólos turísticos, através do planejamento, construção de obras e serviços públicos básicos, cuja disponibilidade favoreça o fluxo dos investimentos privados e do afluxo de turistas” (Jiménez Baños, 2011, p.97).

Sem dúvida, durante esta década, o governo federal foi o principal promotor tanto da promoção da indústria do turismo como do investimento público nela.⁷

No final da década de 1960, os principais centros turísticos internacionais eram Acapulco, Puerto Vallarta e Cozumel; todos voltados para o “turismo de sol e praia”, o que fez com que a atividade turística se concentrasse na zona costeira destas localidades. Com o objetivo de diversificar a oferta de centros costeiros e desenvolver as regiões costeiras mais mexicanas – especificamente as praias “virgens” de diferentes estados – iniciou-se o planejamento de Cancún, Ixtapa e Puerto Escondido, para os quais o governo federal solicitou e obteve créditos do Mundo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Asencio Hita, 2005, pp.168-169). A construção desses novos enclaves turísticos e a consolidação dos anteriores foi realizada através de duas estratégias: a concessão de créditos para a construção de infraestrutura em centros de praia e existentes (Acapulco, Puerto Vallarta, Manzanillo e Porto de Veracruz) e a conclusão dos planos de construção de centros turísticos totalmente planejados sob o comando e coordenação do Fundo Nacional de Promoção Turística (Fonatur). O principal objetivo desta última instância foi promover o crescimento do setor turístico em regiões do país previamente selecionadas através de diversos estudos prospectivos em regiões como a costa do Pacífico e o Caribe mexicano. Neste quadro, os enclaves de Huatulco (estado de Oaxaca) e Cancún (Quintana Roo) foram identificados como opções para desenvolver projetos turísticos.⁸ Desta forma, o CIP “Cancún e Ixtapa (Guerrero) surgiu em 1974, Los

⁷ Assim o expressou Gustavo Díaz Ordaz (1964-1970): “[...] o turismo representa uma receita muito importante de divisas, que contribui para o financiamento do desenvolvimento económico e social do nosso país. Também significa algo mais transcendental, os meios que o povo dispõe para difundir o conhecimento do jeito mexicano de ser, de suas virtudes, de sua história e de sua arte” (McDonald Escobedo, 1981, p.147).

⁸ O Fundo Nacional de Promoção Turística (Fonatur) tem como precedente a criação, por Decreto Presidencial de 14 de novembro de 1956, do Fundo de Garantia e Promoção Turística (Fogatur), gerido pela Nacional Financiera, com o objetivo de estimular o investimento turístico nacional. Por acordo fiduciário datado de 22 de maio de 1969 e através do Ministério da Fazenda e Crédito Público e do Banco do México, foi estabelecido o Fundo de Promoção e Infraestrutura Turística (Infratur) cujo objetivo era promover, desenvolver e criar novos centros turísticos, também como melhorar aqueles que já demonstraram o seu potencial como pólos de atração turística. Com base na Lei Federal de Promoção do Turismo (publicada no Diário Oficial da Federação, México, segunda-feira, 28 de janeiro de 1974), o Fundo



Cabos e Loreto (Baja California Sur) em 1976 e Huatulco em 1984” (Fonatur, 2006, p.16).

O Fonatur se tornou um instrumento essencial do governo federal para a promoção e desenvolvimento da atividade turística. Para atingir seus objetivos foi necessário utilizar a força do Estado para legalizar a propriedade de grandes áreas de praias e terrenos para construção do CIP. A Federação teve que superar o obstáculo constitucional da proibição de alienar o território nacional em favor de estrangeiros e assumir a tarefa de expropriar milhares de hectares de terras e praias dos agricultores mexicanos através da figura jurídica do fideicomisso, principalmente no litoral sob o argumento de agir no “interesse” da nação. Argumentou-se então que a construção destes centros turísticos era vital para “[...] promover actividades económicas que gerassem elevados níveis de arrecadação de rendimentos e criação de emprego, o que ao mesmo tempo deveria promover o desenvolvimento de regiões com graves atrasos e marginalidade” (Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, 2003, p.12).

Neste contexto, a ideia e a prática de eliminar tudo o que dificultava a circulação de capitais (Moguel, 1998) – especialmente a ‘insegurança’ na posse da terra – foi sedimentada nas políticas públicas promovidas no turismo. Sob a base do planejamento e ‘organização’ do território através de ‘planos directores’, pretendeu-se definir o rumo das obras com absoluta ‘precisão’ através de tecnologias avançadas e regulamentos ‘rígidos’ para a sua execução. Por trás dessas razões, criptografou-se o argumento positivista e racista que considera o espaço produzido pelas comunidades camponesas como ‘neutro’ e ‘absoluto’, como observa-se nas considerações do Fonatur para a construção do CIP:

Nos locais seleccionados seriam construídas cidades turísticas com serviços de alta qualidade, utilizando em seu desenho um zoneamento rígido onde se concentram hotéis, shopping centers, restaurantes e campos de golfe, separados das áreas urbanas - onde estão localizadas residências, instalações e serviços para a população activa – e as zonas de conservação ecológica necessárias para manter o equilíbrio do ecossistema. Com essa visão foram planejadas Cancún e Ixtapa, cuja construção começou em 1970 e entrou em operação em 1974; Los Cabos e Loreto, que iniciaram a construção em 1972 e começaram a operar em 1976 e 1978, respectivamente: finalmente Huatulco, que iniciou a construção em 1982 e entrou em operação em 1984 (Fonatur, 2006, p.21).

No discurso, o governo federal pretendia levar o “desenvolvimento” econômico às regiões altamente marginalizadas, influenciar os fluxos migratórios destas áreas para as grandes cidades e criar empregos para a população local e circunvizinha. Contudo, na

Nacional de Promoção do Turismo (Fonatur) foi criado e formalizado através de um contrato fiduciário em 29 de março do mesmo ano, celebrado entre o Ministério da Fazenda e do Crédito Público na qualidade de fiduciário único do governo federal e a Nacional Financiera como fideicomissária, fundindo assim os dois fideicomissos mencionado. De acordo com o disposto na Lei Orgânica da Administração Pública Federal, o Fonatur faz parte do setor público paraestatal e conta com uma Comissão Técnica que estuda e aprova os programas. Por Decreto Presidencial de 22 de fevereiro de 2001, a Fonatur está sob a coordenação sectorial do Ministério do Turismo e ajusta a sua actuação ao Plano Nacional de Desenvolvimento e ao Programa Nacional de Turismo. A Lei Orgânica da Administração Pública Federal, a Lei Federal das Entidades Paraestatais e a Lei Federal do Turismo são os principais ordenamentos jurídicos que as regulam. “Antecedentes, decreto de creación”, (Fonatur, 2011).

Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)

v. 14, n. 2 (2025) (ISSN: 2316-1493)

Edición Especial: **Turismo en la Costa de Oaxaca, México**

<http://geplat.com/rtep/>



GRUPO DE PESQUISAS
em Lazer, Turismo e Trabalho

GEPLAT



prática, a criação destes centros ocorreu num ambiente evidentemente autoritário que promoveu políticas liberais de reprodução do capital nestas regiões, em claro detrimento da população local. Essas formas de atuação do Estado mexicano foram observadas desde a criação de Acapulco como ponto turístico quando, por meio de diversas desapropriações de terras de propiedad ejidal, foi promovida a instalação de infraestrutura hoteleira e habitacional, como a construção de prédios de entidades governamentais, cujos proprietários ou acionistas eram funcionários do próprio governo federal (Bringas Rábago, 1999, Ibarra García, 2012, Ramírez Sáiz, 1987, Gómezjara, 1974).

No caso da implantação do CIP, a Fonatur apresentou grande resistência ao desenvolvimento da infraestrutura turística, não só nos aspectos físicos devido à dificuldade das condições ambientais em algumas áreas, mas também em termos de resistência social. Por exemplo, tanto em Ixtapa como em Huatulco os moradores se opuseram à expropriação das terras e ao avanço das obras de infraestrutura, visto que as áreas escolhidas para construir as cidades turísticas eram agrícolas ou pesqueiras.

A forma de atuação desta instituição federal reflete a atuação autoritária das instituições governamentais na medida em que as regras democráticas estabelecidas na constituição e as leis que sustentavam essa mesma institucionalidade foram marginalizadas e disfarçadas para seguirem em outra direção. Tomemos como paradigma o uso da força pública e/ou militar – onde foi muito diferente “a estrutura formal e a estrutura real do comportamento político” (Torres Mejía, 2001, p.71), dos responsáveis do Fonatur. Devido a essas características, pode-se afirmar que a construção do CIP, que modificou radicalmente todo o espaço social das comunidades envolvidas, foi orientada por dois elementos:

1. O autoritarismo, que se expressou com força na expropriação de inúmeras terras sob a figura da “utilidade pública” (o presidente tem poderes para utilizar esta figura não apenas por meios legais – inciso XIII do artigo 27 da Constituição Mexicana e a série de poderes oferecidos pela Lei Federal de Reforma Agrária – mas também através da aplicação da força pública ou do exército que é protegido pela mesma forma jurídica).

2. Políticas neoliberais que, no México, têm sido caracterizadas por uma forte liberalização financeira do Estado, pela intensificação de bens e serviços, pela desregulamentação legal e regulatória da operação livre de agentes financeiros e corporativos (menos impostos sobre lucros e evasão instalações), para a privatização de bens públicos, para serviços coletivos e para uma abertura total ao investimento estrangeiro direto (tudo isso evidente na construção do CIP-Huatulco com Miguel de la Madrid Hurtado -1982- 1988- e sua consolidação com Carlos Salinas de Gortari -1988-1994).⁹ Assim, foram dadas novas regras de propriedade industrial, ejidal e comunal (em favor das corporações) e o enfraquecimento da política social foi substituído por programas de bem-estar social-filantrópicos (Márquez Ayala, 2004). Isto, por sua vez, envolveu um ataque impetuoso ao minifúndio, ao ejido e à propriedade comunal, formas de posse da terra que eram então consideradas um fardo para a sociedade, uma vez que não permitiam o livre fluxo de capitais privados e significavam incerteza jurídica e regulatória, principalmente para o capital internacional. Com a modificação do artigo 27

⁹ Na sua exposição de motivos, Salinas de Gortari argumentou: “O campo necessita de uma capitalização profunda e sustentada para poder crescer, gerar empregos e proporcionar bem-estar. Temos de aumentar os recursos públicos e facilitar o investimento privado. Mas acima de tudo temos de abrir opções claras e legalmente definidas” (Salinas de Gortari, 1991, p.1098).



da Constituição em 1992, foi feita a mudança da posse coletiva para a privada (Castro Álvarez, 2007).

Desta forma, a construção do CIP-Huatulco localizou-se na fase de consolidação do neoliberalismo onde o Estado mexicano seguiu as recomendações dos organismos internacionais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento) na reconfiguração da sua estrutura institucional. Tudo isto foi feito com as prerrogativas do sistema presidencial autoritário, que foram execradas no discurso oficial, mas concretizadas na aplicação do novo papel neoliberal. As diferentes instituições e leis promovidas no neoliberalismo salinista – juntamente com a enraizada tradição autoritária do governo mexicano na aplicação de políticas públicas em diferentes áreas urbanas e rurais – foram a base para promover o investimento de capital estrangeiro em diferentes áreas do país, bem como em centros turísticos. Neste contexto, as comunidades rurais mexicanas (como aconteceu nas comunidades de Alto Lerma, Cutzamala e Tuxtepec) (ver Barabas y Bartolome, 1992, Cirelli, 1997, Talledos Sánchez, 2008, Rodríguez Sánchez, 2009) foram forçadas a aceitar as novas condições políticas nas suas comunidades, ao mesmo tempo que foram impedidas de se opor a empresas estrangeiras (no caso de Huatulco, a empresas hoteleiras) empresas e agências de turismo.¹⁰

NOVA ESPACIALIDADE: A CONSTRUÇÃO DO CIP-HUATULCO

O mais recente Centro Integralmente Planejado (CIP) criado pela Fonatur está localizado na costa sul do Pacífico mexicano, a 277 km da capital do estado de Oaxaca e a 763 km da Cidade do México. Este destino escolhido por sua beleza incomum é composto por nove baías, um parque nacional declarado reserva natural protegida e belas paisagens de montanhas, vales e encostas irrigadas pelos rios Coyula, San Agustín e Copalita que oferecem ao turista em geral um grande paraíso para descobrir. Em 1985, começaram as obras para converter Huatulco no quinto CIP da Fonatur. O plano diretor deste empreendimento contempla atualmente um polígono de 20.972 hectares, em que 6,35% da superfície está destinada à zona turística, 3,45% à zona urbana e 90,19% à conservação ecológica. Dada a abundância da sua natureza tropical, Huatulco oferece cenários únicos onde o aventureiro ou o turista ávido de emoções pode fazer um passeio de barco, praticar rapel numa montanha, visitar uma fazenda de café, descobrir as profundezas do mar ou simplesmente deixar-se mimar pelos sentidos em contato com a natureza. Possui um clima quente com temperatura média anual de 28°C e céu limpo durante quase todo o ano. É um destino que, graças aos grandes atrativos culturais de Oaxaca, está se tornando parte de um circuito turístico muito interessante para visitantes europeus e norte-americanos (Huatulco, 2011).

¹⁰ “É necessário mencionar que o processo de privatização de terras em Oaxaca tem sido repleto de tensões e conflitos jurídicos, políticos e até armados entre comunidades, ejidos e agências governamentais, uma vez que as características históricas, políticas e de propriedade das terras em Oaxaca têm um estado marcado por pelo grande número de população indígena e pela organização política dos 570 municípios (destes, 223 são considerados eminentemente indígenas e três em cada quatro são regidos por Sistemas Normativos Indígenas (Usos e Costumes) em que está localizado dividiu o estado” (Albino González, 2006, p. 2). Isto motivou que propriedade social domine em Oaxaca; por sua vez, muitos municípios mantêm o controle e gestão das suas águas com as autoridades locais.





Com esta visão paradisíaca e totalmente contemplativa, Fonatur apresenta o centro turístico Bahías de Huatulco.¹¹ Esta linguagem conservadora e cifrada numa visão idílica do 'natural', esconde não só as relações económicas que levaram à construção do actual espaço do CIP-Huatulco fora da política de concertação, mas também o clientelismo, o autoritarismo e o presidencialismo que caracterizaram o regime político mexicano do PRI (Teichman, 1997, Ibarra García, 2018) aspectos aos quais devemos acrescentar a concepção absoluta e racista do espaço das comunidades que vários funcionários tinham – entre eles, do próprio Fonatur –, durante o processo de construção do 'paraíso' Huatulqueño.

Com efeito, o processo de implementação do CIP Huatulco começou com a desapropriação de 21 163¹² hectares do município de Santa María Huatulco (de uma área total do território municipal de 51.511) (Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, 2003, p. 12) Através de um decreto presidencial de 29 de maio de 1984.¹³ A estrutura institucional e legal formal que o governo federal utilizou através do Fonatur, (sob o argumento de retirar os moradores desta região da marginalização e da pobreza),¹⁴ esteve sempre desatualizada com sua real estrutura de comportamento político. Como se viu nos planos de desenvolvimento – onde estavam claramente garantidas as condições sociais e técnicas para a implantação de todas as infra-estruturas urbanas que dariam suporte ao CIP –, foram estabelecidas etapas de crescimento e um “planeamento” territorial adequado, segundo os responsáveis eles próprios, às condições dos residentes locais:

As directrizes para o desenvolvimento urbano são: garantir o desenvolvimento equilibrado entre as actividades turísticas e os seus impactos urbanos em termos de disponibilização de infra-estruturas básicas de áreas habitacionais, equipamentos e serviços. Propor um padrão de ocupação do território para adaptar o desenvolvimento das

¹¹ “É interessante notar que o desenvolvimento das relações capitalistas na região de Huatulco começou com a penetração precoce dos espanhóis na costa devido ao seu interesse em encontrar uma rota para o Pacífico, em direção às ilhas das especiarias. Na verdade, é bem possível que a atividade pecuária na região tenha sido incentivada pelo desenvolvimento que, desde muito cedo, chegou ao porto de Huatulco no tráfego com o Peru e com as regiões produtoras de cacau da América Central. Os navios que saíam do porto e a população que se instalava no seu entorno estimularam a procura por uma série de produtos e alimentos que, por sua vez, favoreceram o surgimento de fazendas de gado. No entanto, o tráfego considerável de Huatulco, onde as operações de exportação floresceram de 1573 a 1575, não parece ter estimulado muito a economia de Antequera. A maioria dos comerciantes da Nova Espanha que faziam transações regulares com o Peru através daquele porto eram residentes da Cidade do México. Antequera era apenas um funil por onde passavam todas as mercadorias” (Chacen como se cita em Rodríguez Canto, 1996, p.163). Desta forma, a modificação desta ‘natureza’ é determinada por processos históricos anteriores que podem ser evidenciados nos resquícios espaciais dos diferentes períodos político-económicos que a região apresentou.

¹² Os números apresentados no decreto de desapropriação do Programa de Gestão do Parque Nacional Huatulco são de 21.163 hectares, para o desenvolvimento do CIP-Huatulco; no site da Fonatur está registado o valor de 20.972 hectares, onde actualmente se encontra o referido centro turístico.

¹³ É preciso dizer que a superfície desapropriada correspondia a pouco mais da metade das terras que naquele mesmo ano haviam sido reconhecidas por resolução presidencial ao município.

¹⁴ Em estudos realizados pelo Conselho Nacional de População (Conapo), com base no IX Censo Geral da População e Habitação e no índice de marginalização, o estado de Oaxaca ficou em primeiro lugar na pobreza em 1970 e 1980; em 1990 passou para o segundo lugar e no período 1995-2000 ficou em terceiro lugar no grupo com um elevado grau de marginalização (Ramos Soto, 2010, p.266).





atividades turísticas ao meio ambiente e manter o equilíbrio ecológico da área. Urbanizar os diferentes sectores turísticos de forma programada para garantir o equilíbrio entre a procura e a oferta turística que permita manter taxas de ocupação anuais superiores a 50%. Substituir o conceito de Zona Turística e Zona Urbana distintas e diferenciadas pelo de Cidade Turística que integra a actividade turística com a cultura local, que se manifesta no quotidiano dos habitantes (Fonatur, 1991, pp. 3-4).

Apesar dos estudos técnicos realizados para a construção de Huatulco (previstos para serem feitos antes de Ixtapa), desde 1970 – quando o governo federal já havia se interessado pelas terras costeiras de Samahua – um grande número de conflitos para adquirir terras, especialmente o que tinha a ver com a resistência dos membros da comunidade; isso manteve o projecto no congelador durante uma década. (Fonatur, 2010, p.202). Este tipo de dificuldades continuou em 1984, quando a desapropriação foi decretada e os membros da comunidade resistiram a ceder suas terras.

Com a alienação do terreno pela Fonatur (Fonatur, 1986) (e a prévia elaboração de um plano director onde se reflectiram todas as exigências técnicas e as dificuldades políticas e sociais para a construção da infraestrutura urbano-turística que o apoiaria), três fases¹⁵ de construção de o CIP-Huatulco, que contemplou a construção de infraestrutura em nove baías naturais: Santa Cruz, Chahue, Tangolunda, Conejos, Chacahual, Cacaluta, San Agustín, El Órgano e Maguey (ver Anexo, Mapa do Município de Santa María Huatulco, em final do artigo) (Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, 2003, p. 12), deveriam ser construídas imediatamente e “ao mesmo tempo as ruas, a infra-estrutura de serviços básicos e os hotéis Sheraton (com 360 quartos) e o Club Med (com 550 quartos)” (Fonatur, 2010, p. 215). Isto acompanhou-se da construção de um aeroporto, de um campo de golfe e de uma marina.

Com isso, iniciou-se uma transformação espacial de grande importância para o desenvolvimento econômico, político, social e ambiental do município e da região, pois esta envolveu numa primeira etapa a abertura de ruas, redes de esgoto e água potável, o revestimento dos canais dos rios que estavam na área desapropriada, a secagem dos manguezais de Santa Cruz e Chahué e a construção de cais nesses mesmos locais.¹⁶ O grande negócio previsto levou até a tentativas de interdição das águas do Copalita. Rio para reservá-los para necessidades turísticas e municipais. Estava também prevista a perfuração de 43 poços para fornecer água à zona turística e assim cobrir as necessidades do ano 2000. A previsão era extrair 1.130 litros por segundo. Porém, a perfuração destes não foi realizada porque a Secretaria de Agricultura e Recursos

¹⁵ Para a construção de Huatulco foram planejadas três etapas de desenvolvimento: a primeira, definida como de curto prazo (1984-1988), seria realizada com financiamento concedido pelo BID para ter uma oferta turística de 1.300 quartos e uma população de 13.000 habitantes. A oferta turística concentrou-se nas baías de Santa Cruz, Chahue e Tangolunda, embora cerca de 80 hectares fossem urbanizados áreas turísticas de San Agustín e a população estaria distribuída entre o setor Bajos (28%) e o setor Bahías (72%). O segundo (1988-2000) estabeleceu metas para a oferta de 8.870 quartos de hospedagem turística distribuídos igualmente entre os setores Bahías e Bajos e uma população de 91.750 habitantes, sendo 53% assentados no setor Bahías (48.600). Finalmente, no longo prazo (2000-2018), o projeto ficou praticamente saturado com 26.750 quartos de alojamento turístico, 42% no setor Bahías e 58% no setor Bajos. A população chegaria a 308.340 habitantes, 39% nas Baías e os 61% restantes nos Bajos (Fonatur, 1998, p. 8).

¹⁶ Entrevista do autor com um comunero, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, el 10 de febrero de 2010.



Hidráulicos (SARH), através de sua delegação estadual, decidiu que era necessário definir a fonte de captação a ser utilizada, se poços ou água do Rio Copalita. Além disso, evitou o fechamento do rio porque os volumes de água do referido riacho eram superiores a 4 m³/seg., durante a estação seca (Archivo Histórico del Agua (AHA), p. 23281). No entanto, oito rodas de extração de água foram construídas nas margens desta torrente para serem o principal fornecedor de água ao complexo turístico e abastecem os 1.310 quartos de hotel que estavam em pleno funcionamento em 1990 e os 2.041 em 1997 (Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, 2003, p. 59).

Desta forma, todas as condições espaciais dos antigos povoados de Samahua foram transformadas para receber futuros turistas. Os recursos naturais trabalharam nessa mesma direção visto que não só a água foi direcionada para esse fim, mas também a areia e o cascalho de Copalita e as praias da zona leste de Huatulco (como La Bocana) que também serviram como fornecedoras de material pétreo para construção de hotéis e infraestruturas. Embora o Fonatur (Fonatur, 1986) tenha apresentado o seu plano diretor sobre políticas de alívio da pobreza na comunidade sob programas de formação, educação e compensação de terras e tenha tentado negociar com os membros da comunidade a entrega das margens direitas dos rios Coyula e San Agustín (que estão localizados dentro da área expropriada área) para o desenvolvimento da produção agrícola e da agricultura intensiva, o desenvolvimento turístico da zona turística ocupou mais 300 hectares na área de Bajos de Coyula e mais 200 na área de Bajos del Arenal.¹⁷

Entre protestos e resistências dos comunitários devido à desapropriação, esses novos espaços surgiram por imposição. Na verdade, a construção de toda a infraestrutura foi realizada entre conflitos jurídicos e mobilizações de protesto das populações locais: a comunidade de Santa María Huatulco promoveu um amparo pelo impacto da desapropriação de terras e pela construção das obras no complexo na comunidade, que não prosperou;¹⁸ vários moradores liderados por Alfredo Lavariega recusaram-se a deixar a área afetada pelo grande empreendimento; as comunidades de La Crucecita e Bajos de Coyula também recorreram tanto a meios legais como a mobilizações. Os contínuos sinais de descontentamento social deveram-se também à forma tortuosa como a Fonatur teve de enfrentar o problema: apresentou em termos formais os estudos técnicos e de investimento no seu plano de gestão, mas na prática 'negociou' de forma confusa e contraditória e pouco claro para uma população que não sabia ler e, em muitos casos, escrever. Como menciona a filha de um membro deslocado da comunidade:

Quando o Fonatur veio desapropriar as terras e oferecer dinheiro como pagamento de indenização, propuseram algum valor, mas como a maioria do povo não sabia ler nem escrever, outro valor foi colocado no papel, ou seja, dependência federal terminou. Segundo seus dirigentes, nós, como filhos de comunitários, teríamos preferência em comprar terras na área desapropriada [...] mas isso nunca aconteceu, não tivemos

¹⁷ No início de 1984, o então Secretário de Agricultura e Recursos Hídricos (SARH) lançou o edital (OHIADR-84-035) para a construção da zona de irrigação “Ramos” no município de Santa María Huatulco. Este projeto foi realizado sob o nome de Bajos de Coyula e passou a fazer parte das obras que o governo disponibilizava aos membros da comunidade Samahua, ver. “Proyecto Bajos de Coyula”, em AHA, México, Fondo Infraestructura Hidráulica, cajas 53 e 763, expedientes 830 e 21946.

¹⁸ Ação de amparo movida pela comunidade de Santa María Huatulco”, em AHA, México, Fondo Infraestructura Hidráulica, caja 494, expediente 14117.



nenhum benefício [...]; Além disso, o povo já não se queixava porque a morte de Alfredo Lavariega¹⁹ os deixava com medo.²⁰

Este tipo de ação não foi apresentado como uma coincidência, mas, pelo contrário, manifestou-se como uma característica da gestão das instituições governamentais mexicanas na aplicação destas políticas. O autoritarismo que ficou evidente naquele caso fez (e continua fazendo) parte da gestão não só da Federação para com os comunitários dos municípios mexicanos, mas também do governo do estado e das organizações sindicais de Oaxaca (como a Nacional Confederação Camponesa – CNC – e a Confederação dos Trabalhadores do México –CTM), onde atuaram em municípios indígenas e mestiços como parte de um aparato de dominação no sistema político estadual (Bailón Corres, 1999, p.243). Portanto, este procedimento não foi uma exceção, pelo menos pelo contrário, evidenciou a estrutura de poder que tanto as autoridades estatais como as do Fonatur utilizaram para chegar a “acordos” com a Presidência Municipal e o Comissariado da Propriedade Comunal, actores-chave na concretização do projecto do centro turístico.

Quando o Fonatur veio desapropriar, eu era agente municipal de La Crucecita. O então comissário de Bens Comunais – que na época era Olmedo Alderete – veio me ver junto com o presidente municipal de Santa María Huatulco, Juvencio Ortega, para que eu convocasse uma reunião dos comunitários que viviam aqui em La Crucecita. Eu disse a eles que primeiro tinha que notificá-los sobre o assunto e depois convocá-los para uma assembleia [porque] assim tudo parecia muito estranho. Eles me disseram para ligar para eles, o que eu fiz. As pessoas me disseram “o que está acontecendo?”, que tudo isso “era muito estranho”, que “por que não me avisaram?” Eu disse a eles que [eles] queriam desapropriar e que [precisávamos] assinar alguns papéis; eu os aconselhei a não fazer isso. Já tinha visto a lista que trouxeram e sabia quem seria o primeiro a quem conversariam para propor o pagamento do terreno: Isidro Vásquez. Aproximei-me dele e disse-lhe “não assine”,

¹⁹ O Alfredo Lavariega Avelino, líder da cooperativa de barqueiros de Huatulco, Oaxaca, então filiada ao Partido da Revolução Democrática (PRD), foi assassinado em 4 de novembro de 1989, no restaurante de sua propriedade no que hoje é a área mais importante do centro turístico de Bahías de Huatulco, a praia de Santa Cruz. Em uma cerimônia solene intitulada “1.549 Crimes de Estado”, pesquisadores da UNAM apresentaram uma lista de crimes de Estado cometidos pelo governo mexicano, que leram durante 72 horas consecutivas no antigo prédio do Ministério das Relações Exteriores, na Praça das Três Culturas, em 2 de outubro de 2007. Nas palavras do chefe da investigação, Álvaro Vásquez Mantecón: “Esta investigação apresenta uma lista de 1.549 nomes de homens e mulheres que morreram ou desapareceram por motivos políticos no México entre 2 de outubro de 1968 e 2 de outubro de 2007. Esta não é uma lista definitiva, mas sim uma compilação de listas elaboradas por diversas organizações responsáveis pela busca e solução dos casos apresentados. É certo que uma investigação mais longa e completa sobre a violência política cotidiana em pequenas cidades e regiões distantes do centro levaria a uma lista muito mais extensa”. Neste caso, optou-se por rastrear os atos repressivos mais visíveis ocorridos no período, que são: o movimento estudantil de 1968, em 10 de junho de 1971 na Cidade do México [o “Halconazo”]; guerra suja durante os anos setenta; mortes por luta política no período de 1988-1994; Chiapas 1994-2006; Aguas Blancas, Guerrero, 1996; el Charco, Guerrero, 1998; San Salvador Atenco, Estado de México, 2006 e Conflicto de la APPO [Asamblea Popular de los Pueblos de Oaxaca], Oaxaca, 2006”. O nome de Lavariega apareceu en la sección “Persecución Política en el Salinismo, 1988-1994”. Ver lista completa, no portal de Santiago Sierra, em http://www.santiago-sierra.com/200708_1024.php

²⁰ Entrevista do autor com a filha de comunero, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, em 17 de fevereiro de 2010





“não deixe ninguém assinar” e assim ficámos; mas quando ele entrou [na sala] assinou que aceitava a desapropriação. Não assinamos dez, o resto sim. O presidente municipal e o representante da propriedade comunal venderam-se ao governo.²¹

Diante desta ação do Fonatur, os protestos dos membros da comunidade Samahua continuaram; vários deles, estabelecidos na Baía de Santa Cruz, recusaram-se mesmo a abandonar as suas casas porque argumentavam que toda a nova cidade turística os deslocaria das suas casas e locais de trabalho; além disso, só beneficiaria pessoas fora das comunidades locais. É o que menciona um morador deslocado pelo CIP-Huatulco:

[...] nunca ouviram a sua opinião; e se alguém se recusasse a sair de casa, eles o jogariam na máquina. Essas pessoas são muito chatas. A praia hoje é federal, mas [antes] era propriedade comunitária. O meu pai era membro da comunidade... até o governo chegar [e] tirar-lhes as casas. Meu irmão, que trabalhou muito para construir sua casa (tinha até plantação), mandou destruir tudo o que tinha lá. Ele queria que todos os moradores que moravam em Santa Cruz tivessem uma casa, tivessem um lugar para morar... [mas aí], o governo ficou bravo... mataram ele em 1989 porque ele defendia os membros da comunidade. Havia [naquela época] um governador em Oaxaca chamado Heladio Ramírez [López, 1986-1992]... meu irmão tinha uns 32 anos e se chamava Alfredo Lavariega, mataram ele no restaurante dele, lá em Santa Cruz... um bandido [...]. Que justiça ia ter, foi tudo complicado... isso já era um conflito... não tem justiça nem nada, levaram a gente para sair com o restaurante.²²

Sob este acontecimento de violência e imposição, os comunitários da localidade de Bajos de Coyula organizaram-se de forma mais sólida contra a expropriação do Fonatur, impedindo a entrada dos seus agentes nas suas terras e até expulsando os funcionários dos escritórios que já havia sido instalado naquela Agência Municipal. Embora, é justo dizer, o Fundo tenha chegado a um acordo com vários membros da comunidade sobre planos de compensação para as terras desapropriadas, além da concessão de outros benefícios:

Foi estipulado um pagamento de \$224.000,00 à comunidade como compensação, bem como \$202.000,00 para bens que não sejam terras; o fornecimento de infraestrutura de irrigação para projetos agrícolas, 300 hectares, em Bajos de Coyula e 200 em Bajos del Arenal; a titulação de um lote de 400 metros quadrados urbanizado e mais 200 não urbanizados; a proporção de materiais de construção semelhantes aos das casas dos membros da comunidade; compensação pelo valor dos seus edifícios e realização de diversas obras de infra-estruturas e benefícios sociais. Quanto à compensação pelas terras expropriadas, esta foi para o fundo comum da comunidade e mais tarde para o

²¹ Entrevista do autor ao Agente Municipal de La Crucecita, realizada em Santa Cruz, Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, 20 de fevereiro de 2010.

²² Entrevista do autor com a irmã de Alfredo Lavariega, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, em 9 de fevereiro de 2010.



Fifonafe [Fundo Nacional de Desenvolvimento Ejidal]; Quanto ao pagamento dos bens penhorados às terras, foi constituída a Comissão Mista Liquidatária, composta por representantes do governo do estado, da Secretaria de Reforma Agrária, da Sectur e da Fonatur, que foram responsáveis por realizar avaliações e pagar pelos bens vinculados ao terreno a todos os moradores afetados, um processo que não poderia ser concluído até que todas as pessoas que entraram na área desapropriada fossem cobertas (Fonatur, 1998, pp.33-34).

Apesar dos planos, a própria forma de atuação do Fonatur seguiu o rumo do cooptação e do engano tanto da Presidência Municipal como dos membros da comunidade. Embora muitos dos agricultores comunitários tenham recebido parte dos “benefícios” acordados, na realidade eles funcionaram como uma vantagem para as pessoas que apoiaram a construção do CIP-Huatulco, o que representou para o governo federal “progresso” e perspectivas de “desenvolvimento”, como consta no discurso promulgado durante sua visita em 20 de agosto de 1992 pelo então presidente do México, Carlos Salinas de Gortari, quando enfatizou que os benefícios do desenvolvimento eram para o povo de Huatulco e que eles fariam parte do progresso não apenas da área de Huatulco, mas também do México (Madsen Camacho, 1996, p.35).

Sob esta forma e estrutura política, o Fundo Nacional de Promoção Turística construiu toda a infraestrutura e transformou o espaço regional, o que levou à criação de um outro ambiente ecológico dominado por novos equipamentos urbano-turísticos onde os rios, as florestas e as praias seriam o seu sustento. Com a chegada das empresas hoteleiras e turísticas, surgiram também outros problemas político-sociais nas localidades afetadas, incluindo problemas laborais. De fato, em 1992, dois sindicatos competiriam por contratos nos hotéis da zona de Huatulco, a Confederação Revolucionária de Trabalhadores e Camponeses (CROC) e a Confederação de Trabalhadores do México (CTM) (Madsen Camacho, 1996). Além disso, os novos dirigentes do Municipio responsáveis pela administração do desenvolvimento urbano – as mesmas que assumiram a obrigação de conceder alvarás, licenças e autorizações, embora a maioria dos projetos tivessem autorização prévia da Fonatur – ajudaram a agravar o conflito.

Do ponto de vista das políticas públicas, o município de Santa María Huatulco começou a conhecer os frutos do sucesso, pois passou a desempenhar um papel fundamental na administração do centro turístico e, conseqüentemente, recebeu impostos e taxas locais, uma questão que seria significativamente aumentar seu orçamento (Fonatur, 1991, pp.3-4). Dessa forma, aumentou o controle sobre a política de turismo do CIP-Huatulco, o que levou a uma concentração ainda maior de poder na região.

Ao mesmo tempo, um novo processo surgiu no espaço onde anteriormente viviam os pescadores e agricultores de Santa Cruz. Depois que o custo de vida em Huatulco se tornou exorbitante, os preços dos terrenos subiram exponencialmente e como resultado o custo do aluguel de moradia para muitos dos trabalhadores, que vieram trabalhar na construção do novo CIP-Huatulco aumentou. Por outro lado, as pessoas deslocadas pelo Fonatur, a quem foi dado um pedaço de terra, venderam as suas terras a preços muito baratos a especuladores que anteciparam a valorização da terra. Em outros casos, alguns membros da comunidade aceitaram a realocação e desenvolveram pequenos negócios de mercearias, padarias ou bares, mas sem perspectivas de crescimento econômico para as suas famílias, uma vez que não





conseguiram competir com a rede de supermercados, bares e restaurantes que os empresários nacionais e estrangeiros, com o apoio da Fonatur, foram desenvolvidos em La Crucecita que foi a nova urbanização feita pelo turismo. A comunidade não conseguiu responder à imposição do governo federal; foi desmembrado não só pela violência, mas também pela negociação clientelista das diferentes instituições (especialmente o Comissariado da Propriedade Comunal e a Presidência Municipal). A comunidade ficou deslocada pelos desígnios do Executivo da República e aos fortes interesses das empresas que se instalaram no litoral do concelho. Como indica um comunitário deslocado pelo Fonatur, só restou negociar o pouco que lhes foi oferecido: “Não dá para brigar o tempo todo, tem que cuidar também da família, o governo é forte, tudo que eu tive que fazer foi negociar uma casa”.²³

Outra consequência foi a migração de pessoas de estados vizinhos, como Chiapas e Guerrero, e de muitos municípios vizinhos de Samahua. Todos foram atraídos pelo setor da construção e dos serviços turísticos, sobretudo pelas novas atividades que eram exigidas no turismo de praia, bem como pelos empregados domésticos nas novas residências que se instalaram no litoral do concelho. Foi por causa dessa população migrante que foram criadas colônias populares às margens da rodovia Puerto Escondido-Salina Cruz e da rodovia Oaxaca-Pochutla. Os líderes políticos do PRI não deixaram passar esta oportunidade e promoveram assentamentos irregulares, aproveitando a necessidade de habitação dos migrantes. Esses locais funcionaram como espaços de poder político clientelista que lhes permitiram permanecer na luta eleitoral, como a invasão que promoveram na zona federal conhecida como área H3, que era destinada a uma área residencial (Blas López, 2007, p.30). Além desses problemas, o problema ambiental refletido na destruição dos manguezais de Santa Cruz e Chahué, na poluição causada pela drenagem e lixo na área urbana criada para o turismo e nos processos de extração de recursos pétreos do rio Copalita.

Todas essas condições criaram uma segregação espacial em nível municipal e regional que tem sido evidenciada nos graus de marginalização que os diferentes municípios do estado apresentam em nível estadual e nacional, bem como aqueles que mantêm as localidades localizadas fora da área desapropriada. Assim, enquanto os serviços públicos de saúde e comunicações se concentram nas terras costeiras, nos espaços urbanizados, as localidades da parte alta do município (Arroyo Xuchilt, San José Cuajinicuil e San José Alemana) apresentam condições muito precárias e de elevada marginalização e pobreza.²⁴ Além disso, os serviços existentes também têm se caracterizado por um alto nível de segregação (principalmente nos espaços onde passou a residir toda a população trabalhadora para poder encontrar emprego nas novas Bahías de Huatulco).

Embora seja verdade que a nova organização espacial que se instalou na área conheceu sucesso financeiro; é também verdade que enfrentou o fracasso da reabilitação social e económica dos seus habitantes originais.

²³ Entrevista do autor com um membro da comunidade, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, 21 de fevereiro de 2010.

²⁴ Ver o “Índice de marginación por localidad, 2010”, en el portal del Consejo Nacional de Población, en http://www.conapo.gob.mx/es/CONAPO/Indice_de_Marginacion_por_Localidad_2010



A REAFIRMAÇÃO DO ESPAÇO-TEMPO DE ELITE

Na década de 1990, o crescimento do complexo turístico entrou numa fase de estagnação. Os investimentos estrangeiros, propostos pelo governo federal, não fluíram como esperado. Entre 1987 e 1990 foram construídos novos quartos, passando de 74 para 1.310; Entre 1991 e 1993 foram construídas apenas 431 unidades e no biênio seguinte o projeto de construção ficou em completa estagnação, pois foram construídos apenas 105 quartos, aos quais foram acrescentadas outras 195 unidades existentes até 1997 (Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas, 2003, p.59). Em 24 de julho de 1998, com a criação do Parque Nacional Huatulco (PNH), centro turístico entrou em mais uma fase de expansão da infraestrutura turística. Este parque foi decretado numa área de 6.374 hectares, no terreno que pertencia à Fonatur como Área Natural Protegida (ANP).

É necessário esclarecer que a criação desta ANP respondeu mais à luta de diferentes instituições, Organizações Não Governamentais (ONG) e acadêmicos – que se instalaram no concelho após a criação do complexo turístico – do que ao próprio interesse da instituição oficial. Isto é bem mencionado por um ex-membro da Associação Ecológica Pró Bahías de Huatulco, criada em 1990:

O plano diretor da Fonatur pretendia desenvolver as nove baías e incluiu as atuais onde está localizada a área do PNH, que são: Chacahual, Órgano, Maguey, Cacaluta e San Agustín. Também se pretendia realizar outro empreendimento como em La Crucecita, mas nos organizamos junto com os membros da comunidade e impedimos; [para isso] promovemos a criação de uma área de reserva natural, uma área natural protegida, para que o Fonatur não continuasse predando.²⁵

Desta forma, toda uma série de grupos e organizações ambientalistas, principalmente da classe média, foram integrados ao município. Todos chegaram à região atraídos pela construção do CIP e para montar pequenas empresas de turismo e mergulho que passaram a fazer parte da nova dinâmica sócio-política da região. Os discursos dos movimentos ambientalistas, pautados na lógica do “desenvolvimento sustentável”, propunham o combate à forma predatória de urbanização promovida pelo governo federal, que vinha sendo insustentável. A solução que promoveram “foi um projecto cujo objectivo principal era a preservação ecológica”.²⁶ No entanto, esta solução permaneceu apenas no discurso, dado que a construção do complexo turístico levou a uma devastação ecológica que também implicou uma nova transformação nas condições sociais dos comuneros de Huatulco; além disso, a reivindicação pela luta pelas terras e praias desapropriadas não fazia parte das reivindicações desse tipo de movimento.

Finalmente, os ambientalistas também esqueceram o problema da falta de água entre os órgãos municipais de Huatulco e as colônias recém-fundadas, consequência direta do desenvolvimento urbano-turístico. Os rios Coyula e Copalita foram convertidos em fontes de abastecimento de água para os grandes hotéis de luxo, o campo de golfe, a

²⁵ Entrevista do autor com um ex-membro da Associação Ecológica Pro Bahías de Huatulco, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, em 26 de fevereiro de 2010.

²⁶ Proyecto Bajos de Coyula”, em AHA, México, Fondo Infraestructura Hidráulica, caja 763, expediente 21946.



Marina e o aeroporto, deixando as comunidades sem água. Como resultado desta exploração excessiva da água, os rios entraram num processo de deterioração. Assim diz um morador da Agência Municipal Barra de Copalita:

Antes, no Rio Copalita, não dava para atravessar por causa da quantidade de água que carregava [já que] não tinha ponte. Só havia uma área que, na época da seca, podia ser atravessada com ajuda de corda; uma pessoa estava encarregada disso. Fiquei nesse cargo por algum tempo [...] acredito que a falta de água no rio tenha a ver com a falta de chuvas, porém, o nível caiu ainda mais quando construíram os oito poços que levam água para as Baías de Huatulco; lá o rio começou a diminuir. Além disso, começou a ser encaixotado porque algumas empresas de materiais começaram a retirar cascalho e areia.²⁷

Como consequência do acima exposto, houve uma mudança nas relações políticas da área, à medida que a região expropriada pela Fonatur funcionava cada vez mais como um enclave económico de elite com um evidente processo de gentrificação do espaço. Por exemplo, foi criada a necessidade de proporcionar aos turistas uma procura por uma experiência social específica e os trabalhadores dos serviços foram parcialmente responsáveis por satisfazer essas expectativas. Os trabalhadores foram instruídos (e são actualmente forçados) a cumprir os padrões esperados principalmente pelos turistas das classes média e alta. Tinham agora de aprender gestos de serviço adequados, higiene, beleza e cuidados pessoais (Madsen Camacho, 1996, p.34). Neste quadro, os novos residentes, com os seus pequenos negócios, desempenharam um papel fundamental como prestadores de serviços turísticos.

Os serviços tanto das grandes cadeias hoteleiras como dos pequenos prestadores de turismo estavam sujeitos a mecanismos de controle. Os empregadores utilizaram estes mecanismos para garantir aos turistas os ideais de luxo num espaço construído só para eles, um espaço de elite. Assim, o turismo promoveu desigualdades hierárquicas de intensidade nunca antes vistas na região de Huatulqueña e os antigos membros da comunidade da Baía de Santa Cruz foram excluídos da recriação desses mesmos espaços que surgiram às suas custas. Certamente a construção da PNH reforçou a dinâmica espacial do próprio CIP, ou seja, a exclusão de áreas onde os antigos proprietários das terras não poderiam participar.

Como se pode verificar, por um lado foi promovida a criação de uma área de reserva natural (na qual existem áreas de protecção, uso restrito, uso tradicional, uso sustentável dos recursos naturais e recuperação onde o objetivo principal é o turismo alternativo e a pesquisa em plantas endêmicas) e, por outro, foi relegada a deterioração motivada pelo próprio estabelecimento do CIP-Huatulco e pela fragmentação espacial que se originou no município. Esta deterioração ocorreu porque o Parque apenas reforçou a ideia de turismo de elite e os espaços construídos para esse fim; a reivindicação pela luta por terras e praias despojadas não fazia parte da sua agenda de trabalho. Assim, a PNH criou um processo de reconfiguração espacial em benefício dos grandes empresários, das ONGs e do setor privado que se apoderaram das terras e águas costeiras para estabelecerem o seu espaço de poder político e, assim, beneficiarem-se economicamente.

²⁷ Entrevista do autor com um morador da Agência Municipal de Barra de Copalita, realizada em Barra de Copalita, San Miguel del Puerto, Oaxaca, em 23 de março de 2010.



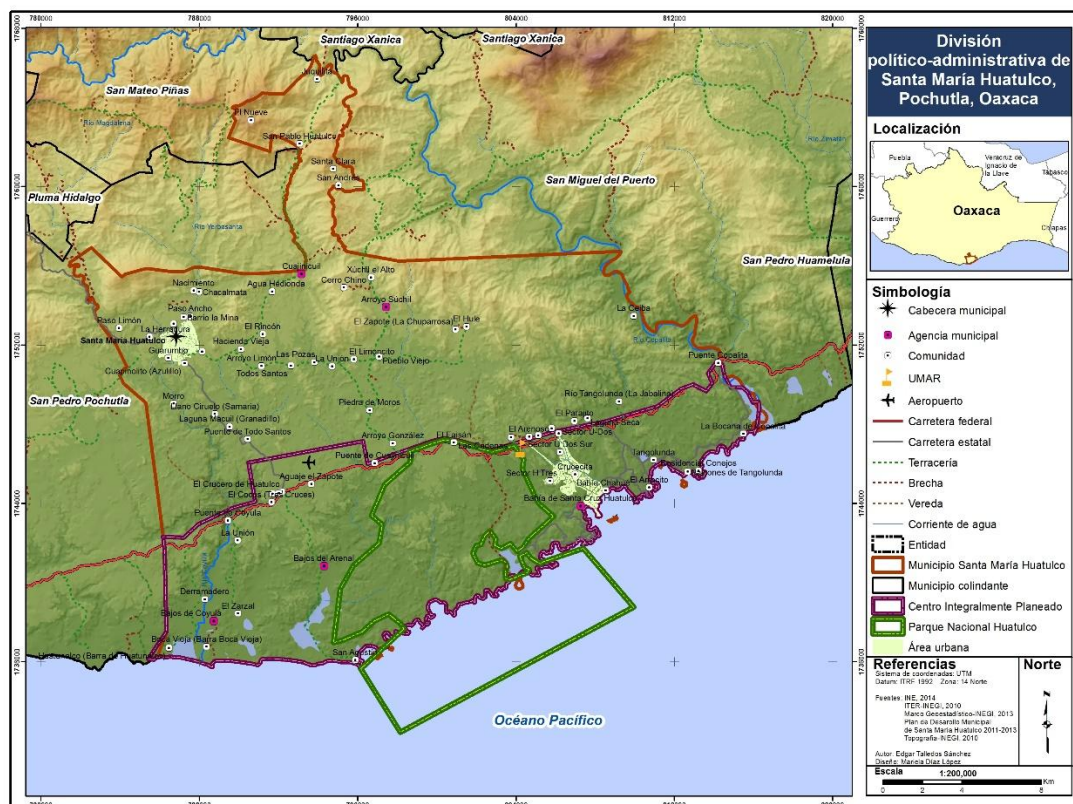
REFLEXÕES FINAIS

A realização do Centro Integralmente Planejado Bahías de Huatulco criou uma configuração espacial no município de Santa María Huatulco que gerou as condições para que o capital pudesse circular sem obstáculos legais, políticos e muito menos econômicos. Além disso, implicou uma outra forma de utilização da terra, da praia e da água na área desapropriada e o deslocamento de pessoas assentadas em centros populacionais devido ao estabelecimento de uma nova infraestrutura. Com isto, surgiu uma nova dinâmica política na comunidade e nos municípios vizinhos e surgiram conflitos tanto por terra como por água entre diferentes instituições; por exemplo, entre os bens comunitários da região e o governo federal através do fideicomisso Fonatur, que foi o promotor e construtor do projeto.

Esses eventos geraram uma nova espacialidade caracterizada pela fragmentação e exclusão espacial expressa pela concentração de infraestrutura e serviços públicos nas cabeceiras e no litoral do município, enquanto as cidades e municípios vizinhos permaneceram marginalizados e pobres. Para isso, foi necessária a destruição de um espaço para produzir outro, processo que aprofundou a relação comercial dos recursos naturais e deu origem à segmentação e segregação espacial na qual o Estado mexicano desempenhou um papel fundamental.

Neste contexto, foram feitos esforços para reproduzir um novo espaço desigual e profundamente segmentado que tinha a desapropriação e a violência como dois dos seus alicerces de consolidação. A mediação das diferentes instituições e organizações políticas desempenhou um papel determinante na produção deste espaço que, ao mesmo tempo, mostra que, no caso mexicano sob o regime do PRI, a própria estrutura de poder rural foi estabelecida através dos núcleos agrários. Estes últimos estavam vinculados a uma estrutura corporativa que ajudou atores hegemônicos nacionais-regionais, como o Fundo Nacional de Promoção Turística, a consolidar uma forma de uso da água e da natureza praiana de acordo com a política econômica apoiada a partir da escala nacional. Graças a isso, os sujeitos locais de Santa María Huatulco foram subordinados pelas elites políticas e depois pelas classes médias regionais ligadas à indústria do turismo imbuídas do discurso do “desenvolvimento sustentável”. Portanto, as condições de exclusão, fragmentação e desenvolvimento desigual do atual espaço destas terras paradisíacas são na verdade o resultado sedimentado de arranjos políticos locais e da aplicação violenta de políticas econômicas neoliberais através de práticas autoritárias e clientelistas pré-existentes, um quadro onde as comunidades afetadas pela expropriação de terras e praias tiveram pouca margem de manobra, tornando o seu direito a uma vida melhor e ao bem-estar outra quimera mais.

Mapa 1. Municipio de Santa María Huatulco



REFERÊNCIAS

Albino González, G. (2006). *La política social en Oaxaca 1996-1998: el caso de las microregiones*. UNAM.

Andrade Correia, M. (1984). *Poder político e produção do espaço*. Joaquim Nabuco/Massangana.

Asencio Hita, M. d. (2005). Análisis del turismo en México y España. En A. P. (Coord.), *Turismo. Teoría y Praxis* (pp.165-170). Plaza y Valdés.

Bailón Corres, J. (1999). *Pueblos indios, élite y territorio. Sistemas de dominio regional en el sur de México: una historia política de Oaxaca*. El Colegio de México.

Barabas, A. M. (2002). Enoterritorios y rituales terapéuticos en Oaxaca. *Scripta Ethnologica*, 24, 9-19.

Barabas, A. M. (2004). La construcción de enoterritorios en las culturas indígenas de Oaxaca. *Desacatos*, 14, 145-168.

Barabas, A., y Bartolome, M. A. (1992). Antropología y relocalizaciones. *Alteridades*, 2(4), 5-15.



- Berenzon Gorn, B., y Calderón Aragón, G. (. (2008). *Diccionario tiempo espacio*. UNAM.
- Berenzon Gorn, B., y Calderón Aragón, G. (2005). *Coordenadas sociales. Más allá del tiempo y el espacio*. Universidad Autónoma de la Ciudad de México.
- Blas López, C. (2007). *Oaxaca ínsula de rezagos, critica a sus gobiernos de razón y de costumbre*. Siembra.
- Bringas Rábago, N. L. (1999). Políticas de desarrollo turístico en dos zonas del Pacífico mexicano. *Región y Sociedad*, 11(017), 3-51.
- Carlos, A. F. (2009). Da 'Geografia abstrata' à 'geografia concreta. En F. d. Mendonça, et al., *Espaço e tempo. Complexidade e desafio do pensar e do fazer geográfico* (pp. 73-90). Ademadan.
- Castree, N., et al. (2010). *The Point is to Change it: Geographies of Hope and Survival in an Age of Crisis*. Wiley-Blackwell.
- Castro Álvarez, U. (2007). El Turismo como política central de desarrollo y sus repercusiones en el ámbito local: algunas consideraciones referentes al desarrollo de enclaves turísticos en México. *Turydes*, 1(octubre), <http://www.eumed.net/rev/turydes/01/uca.htm>.
- Cirelli, C. (1997). *La transferencia de agua: el impacto en las comunidades de origen del recurso. El caso de San Felipe y Santiago, Estado de México*. Tesis de Maestría en Antropología Social. Universidad Iberoamericana.
- Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas. (2003). *Programa de Manejo Parque Nacional Huatulco*. Conanp.
- da Costa Messias, W. (1992). *Geografia política e geopolítica: discursos sobre o território e o poder*. Hucitec/Edusp.
- Da Jandra, L. (1997). *Samahua*. Seix Barral.
- da Silva, A. C. (1978). *O espaço fora do lugar*. Hucitec.
- de Castro, I. E. (2005). *Geografia y política: território, escalas de ação e instituições*. Bertrand Brasil.
- de Souza, M. L. (2006). *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Bertrand Brasil.
- Fonatur. (1986). *Desarrollo Turístico de Bahías de Huatulco. Plan Maestro de las Bahías Centrales: Sta. Cruz, Chahue, Tangolunda*. Fonatur.
- Fonatur. (1991). *Plan de desarrollo urbano del centro de la población de Bahías de Huatulco, Oax*. Fonatur.



Fonatur. (1998). *Estrategia de reposicionamiento. Diagnóstico y restricciones del sitio*. Fonatur.

Fonatur. (2006). *Planeación de centros turísticos. La experiencia y práctica de fonatur*. Fonatur.

Fonatur. (2010). *Fonatur 35 años: única historia narrada por sus fundadores y protagonistas*. Fonatur.

Fonatur. (10 de febrero de 2011). *Fonatur*. http://www.fonatur.gobmx/es/quienes_somos/index.asp?modsec=01-DECRC&sec=5

Gómezjara, F. (1974). Acapulco: despojo y turismo. *Problemas del Desarrollo*. 5(19), 126-147.

Gonçalves Porto, C. W. (1978). A geografia está em crise. Viva a geografia! *Boletim Paulista de Geografia*, 55, 5-30.

Huatulco. (13 de 03 de 2011). *Huatulco. Información general*. http://www.fonatur.gob.mx/es/proyectos_desarrollos/huatulco/index.asp?modsec=01-INFO&sec=1

Ibarra García, M. V. (2012). Espacio: elemento central en los movimientos sociales por megaproyectos. *Desacatos*, 39, 141-158.

Ibarra García, M. V. (2018). Espacios forestales y estructura de poder. Una propuesta desde la geografía política. *Revista mexicana de ciencias políticas y sociales*, 50(203), 133-155.

Jiménez Baños, P. (2011). *Los centros integralmente planificados de México (CIPs). Factores limitantes del crecimiento turístico del centro Bahías de Huatulco*. Tesis doctoral. Universidad Nebrija.

Jiménez Martínez, A. D. (1992). *Turismo: estructura y desarrollo (1945-1990)*. McGraw Hill.

Lefebvre, H. (1974). La producción del espacio. *Revista de Sociología*, 3, 219-229.

Lezama de la Torre, J. L. (2011). *El medio ambiente hoy: temas cruciales del debate contemporáneo*. El Colegio de México.

Madsen Camacho, M. E. (1996). Dissenting Workers and Social Control: A Case Study of the Hotel Industry in Huatulco, Oaxaca. *Human Organization Journal of the Society for Applied Anthropology*, 55(1), 33-40.

Márquez Ayala, D. (2 de agosto de 2004). México 2006 El Choque Económico (1/3). *La Jornada*.

McDonald Escobedo, E. (1981). *Turismo: una recapitulación. Historiografía de conceptos pronunciados por gobernantes mexicanos desde 1823*. Bonodi.



Méndez, R. (1998). El espacio de la geografía humana. En R. Puyol et al., *Geografía Humana* (pp.9-50). Cátedra.

Moguel, J. (1998). Las reformas rurales salinistas: ¿vía de desestructuración de la organización campesina? 1991-1994. En J. Moguel, y J. A. (Coords.), *Propiedad y organización rural en el México moderno. Reforma agrarias, movimiento rural y Propiedad y organización rural en el México moderno. Reforma agrarias, movimiento rural y el procede* (pp.11-41). Juan Pablos/UNAM.

Moraes, A. C. (2005). *Ideologías geográficas*. Hucitec-Annablenme.

Moreira, R. (2007). *Pensar e ser em Geografia. Ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. Contexto.

Ramírez Sáiz, J. M. (1987). Turismo y medio ambiente: el caso de Acapulco. *Estudios Demográficos y Urbanos*, 2(3), 479-512.

Ramos Soto, A. L. (2010). Características de la marginalidad urbana: el caso del Estado de Oaxaca. *Entelequia. Revista Interdisciplinar*, 12, 261-272.

Rodríguez Canto, A. (1996). *Historia agrícola y agraria de la costa oaxaqueña*. Universidad Autónoma Chapingo.

Rodríguez Sánchez, A. (2009). *La producción del espacio regional durante el proceso de transferencia de agua, de la comunidad agrícola a la agroindustrial: el caso de Pastejé y los Reyes 1940-1980*. Instituto Mora.

Salinas de Gortari, C. (1991). Diez puntos para la libertad y justicia en el campo mexicano. *Comercio Exterior*, 1096-1100.

Santos, M. (1986). Espacio y método. *Geo-crítica*, 65.

Talledos Sánchez, E. (2008). *La transformación espacial de los pueblos ribereños de la laguna de Chignahuapan en el Estado de México, de 1940 a 1970*. UNAM.

Teichman, J. (1997). Neoliberalism and the Transformation of Mexican Authoritarianism. *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, 13(1), 121-147.

Torres Mejía, D. (2001). *Proteccionismo político en México, 1946-1977*. UNAM.

Torruco Marqués, M. (1988). *Historia institucional del turismo en México 1926-1988*. Secretaría de Prensa y Difusión, Asociación Nacional de Egresados de Turismo.

Uribe Ortega, G. (1996). *Geografía política: verdades y falacias de fin de milenio*. Nuestro Tiempo.

Vesentini, J. W. (2005). *Novas geopolíticas*. Contexto.

White, R. (1996). *The Organic Machine: The Remaking of the Columbia River*. Farrar, Straus and Giroux.



OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO

Entrevistas do autor

Entrevista do autor com um comunero, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, el 10 de febrero de 2010.

Entrevista do autor com a filha de comunero, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, em 17 de fevereiro de 2010

Entrevista do autor ao ex-Agente Municipal de La Crucecita, realizada em Santa Cruz, Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, 20 de fevereiro de 2010

Entrevista do autor com a irmã de Alfredo Lavariega, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, em 9 de fevereiro de 2010.

Entrevista do autor com um membro da comunidade, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, 21 de fevereiro de 2010.

Entrevista do autor com um ex-membro da Associação Ecológica Pro Bahías de Huatulco, realizada em Santa Cruz Huatulco, Santa María Huatulco, Oaxaca, em 26 de fevereiro de 2010.

Entrevista do autor com um morador da Agência Municipal de Barra de Copalita, realizada em Barra de Copalita, San Miguel del Puerto, Oaxaca, em 23 de março de 2010.

Fontes de Archivo Histórico

AHA "Fuentes de captación de recursos hidráulicos del río Copalita", en *Archivo Histórico del Agua*, México, fondo Infraestructura Hidráulica, caja 807, expediente 23281.

AHA "Juicio de amparo promovido por la comunidad de Santa María Huatulco", en *Archivo Histórico del Agua*, México, fondo Infraestructura Hidráulica, caja 494, expediente 14117.

AHA "Proyecto Bajos de Coyula", en *Archivo Histórico del Agua*, México, fondo Infraestructura Hidráulica, cajas 53 y 763, expedientes 830 y 21946.

AHA, México, Fondo Infraestructura Hidráulica, caja 494, expediente 14117.



Cronologia do Processo Editorial

Editorial Process Chronology

Recebido em: 03/10/2025

Aprovado em: 05/11/2025

Received in: October 03, 2025

Approved in: November 05, 2025